

# SEGURIDADE SOCIAL EM 2016

Os reais motivos do desequilíbrio

Floriano Martins Sá Neto  
Presidente da Associação Nacional dos AFRFB - ANFIP

O RESULTADO DA SEGURIDADE EM 2016 FOI DETERMINADO  
PELAS EQUIVOCADAS POLÍTICAS ECONÔMICA E FISCAL EM  
MEIO A UM TRÁGICO AMBIENTE POLÍTICO

A seguir serão elencados os principais vieses  
motivadores do desequilíbrio

# 1. O VIÉS ECONÔMICO

1.1 Pior recessão da história brasileira;

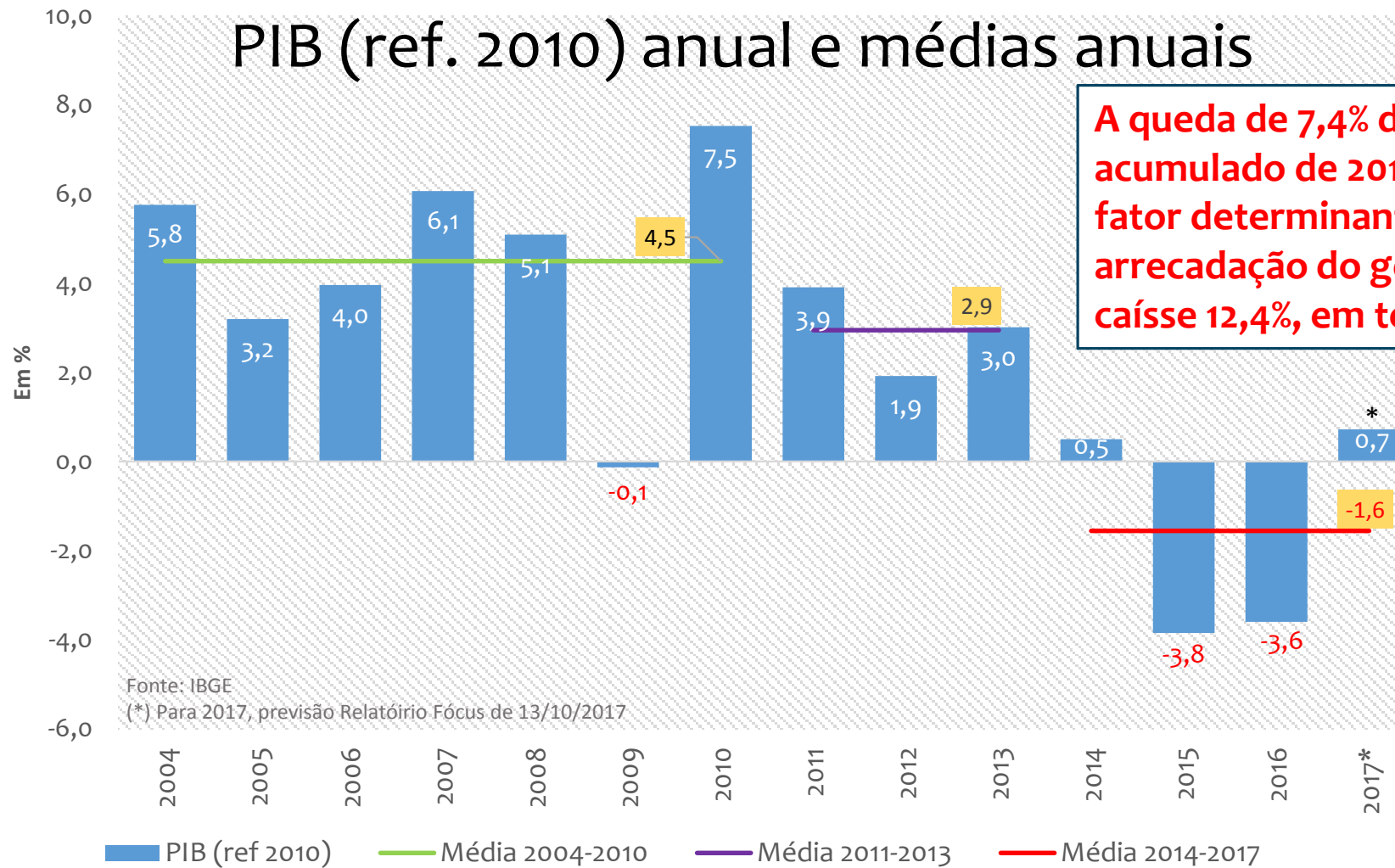
1.2 Juros ainda elevados;

1.3 Queda do investimento agregado e da produção industrial

1.4 Desemprego elevado;

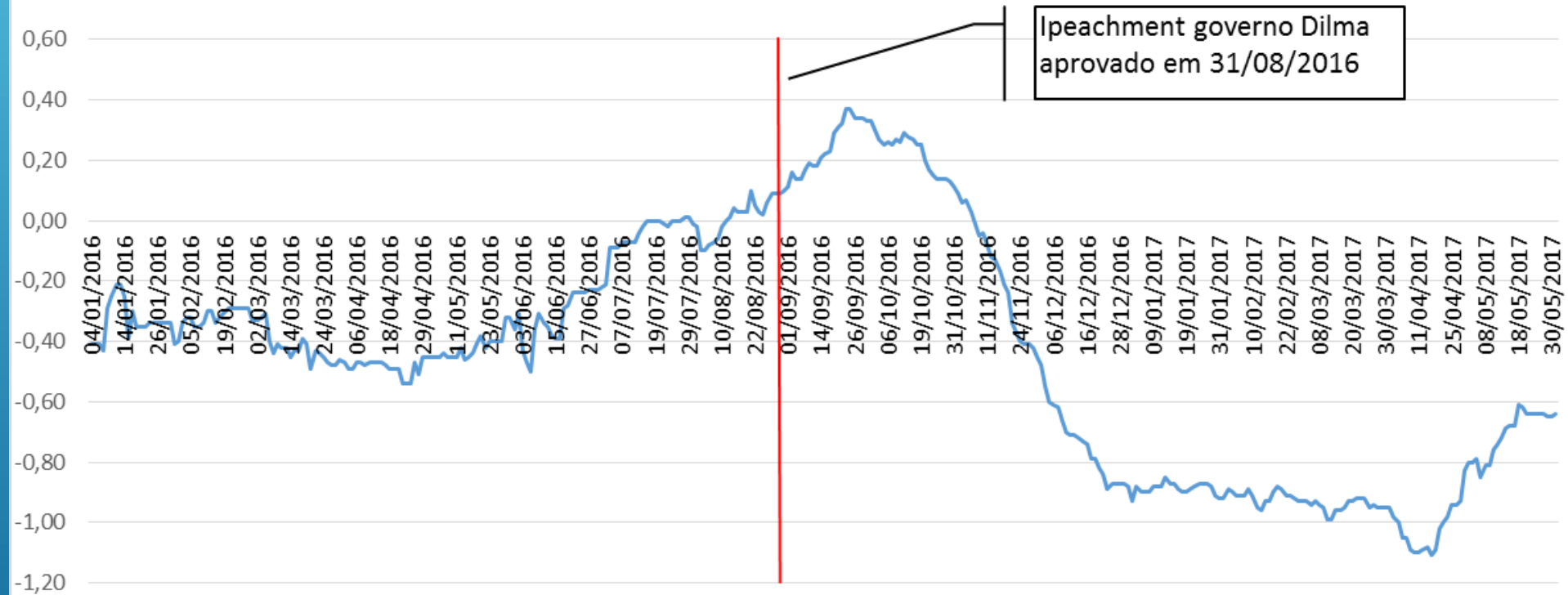
1.5 Queda na arrecadação federal

## PIB (ref. 2010) anual e médias anuais



**A queda de 7,4% do PIB, no acumulado de 2015 e 2016, foi um fator determinante para que a arrecadação do governo federal caísse 12,4%, em termos reais**

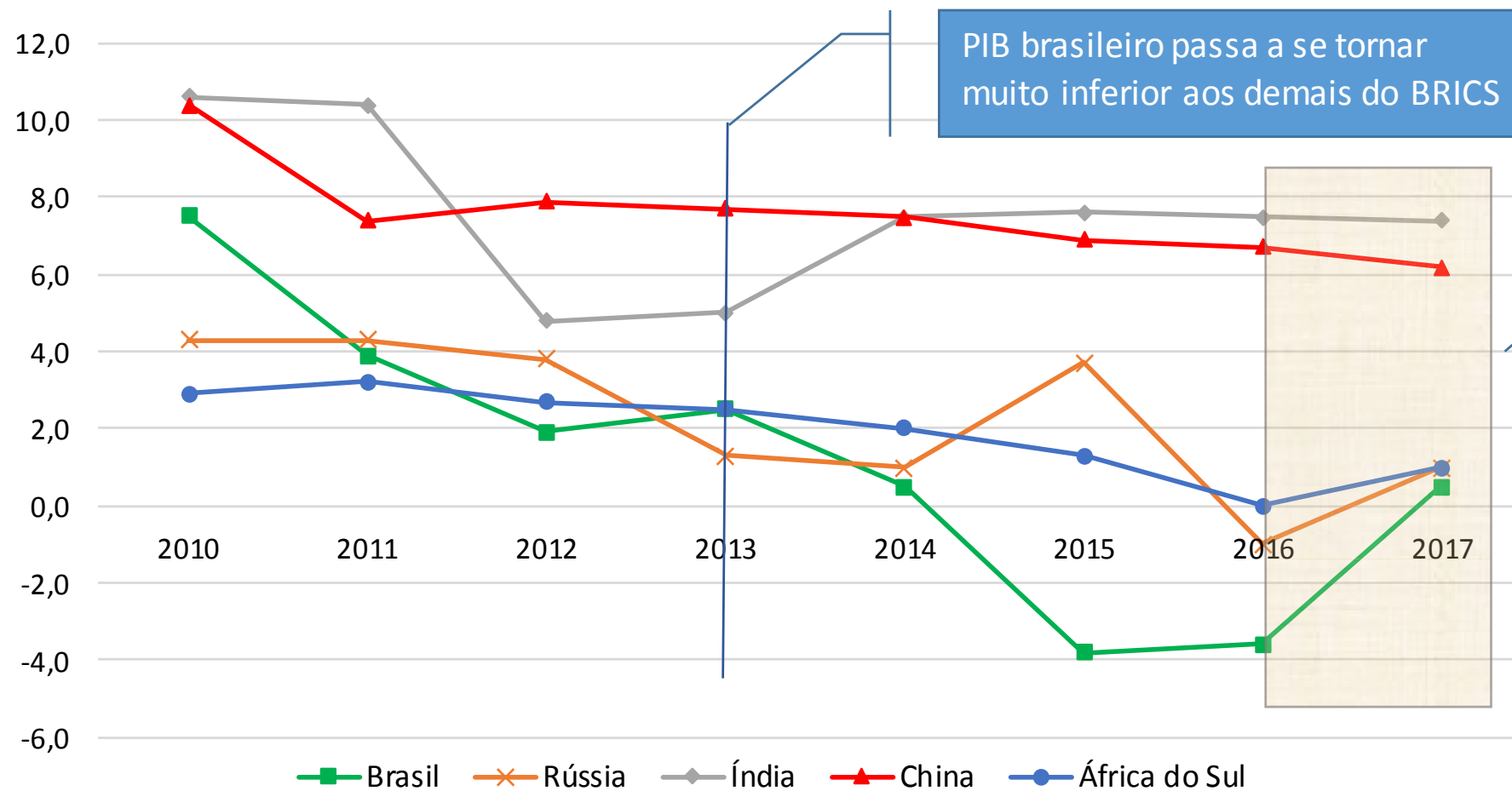
## PIB projetado – variação média, 2016 e 2017



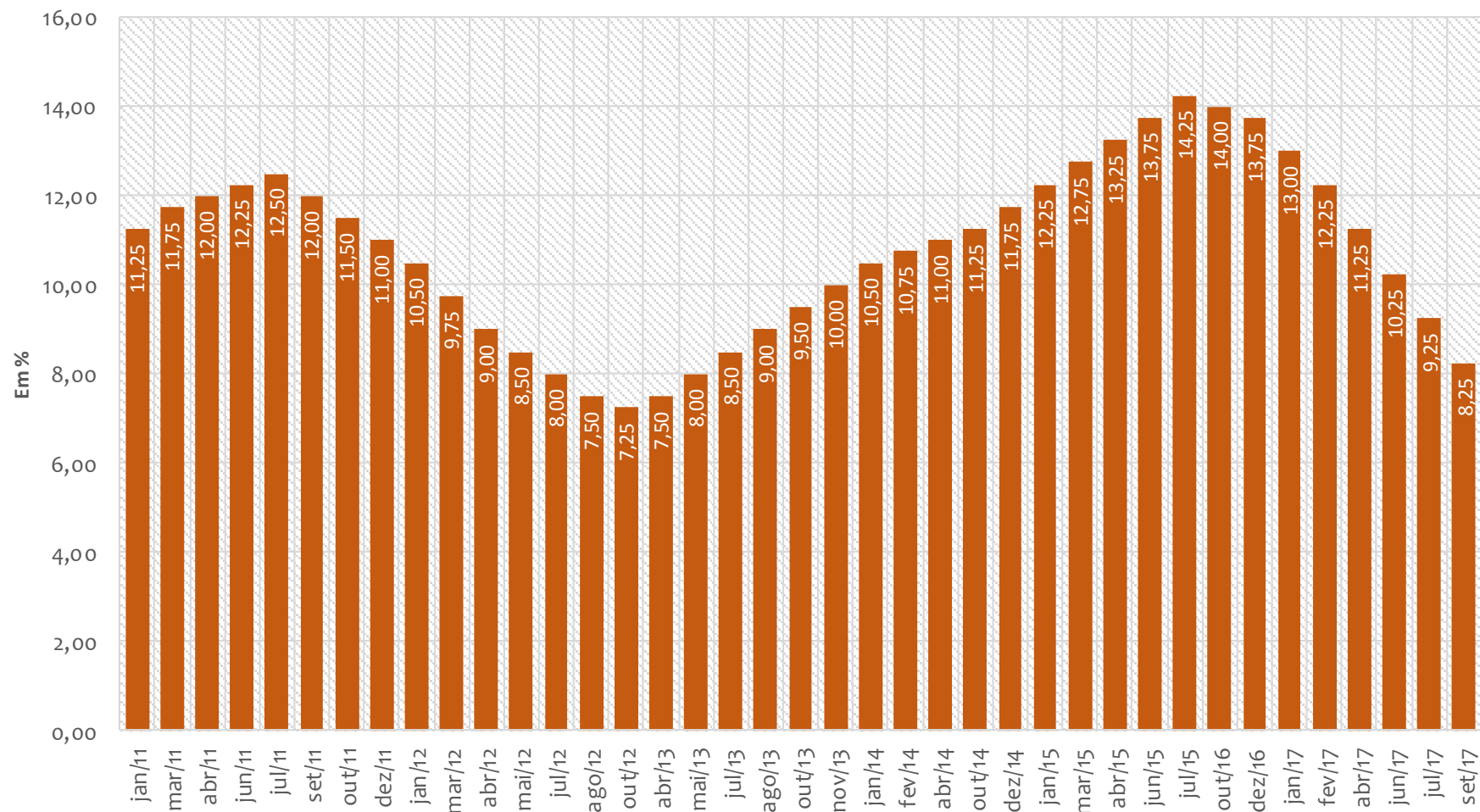
Fonte: Bacen

Obs.: Variação percentual contra igual período do ano anterior

## Evolução do PIB nos Emergentes – em %

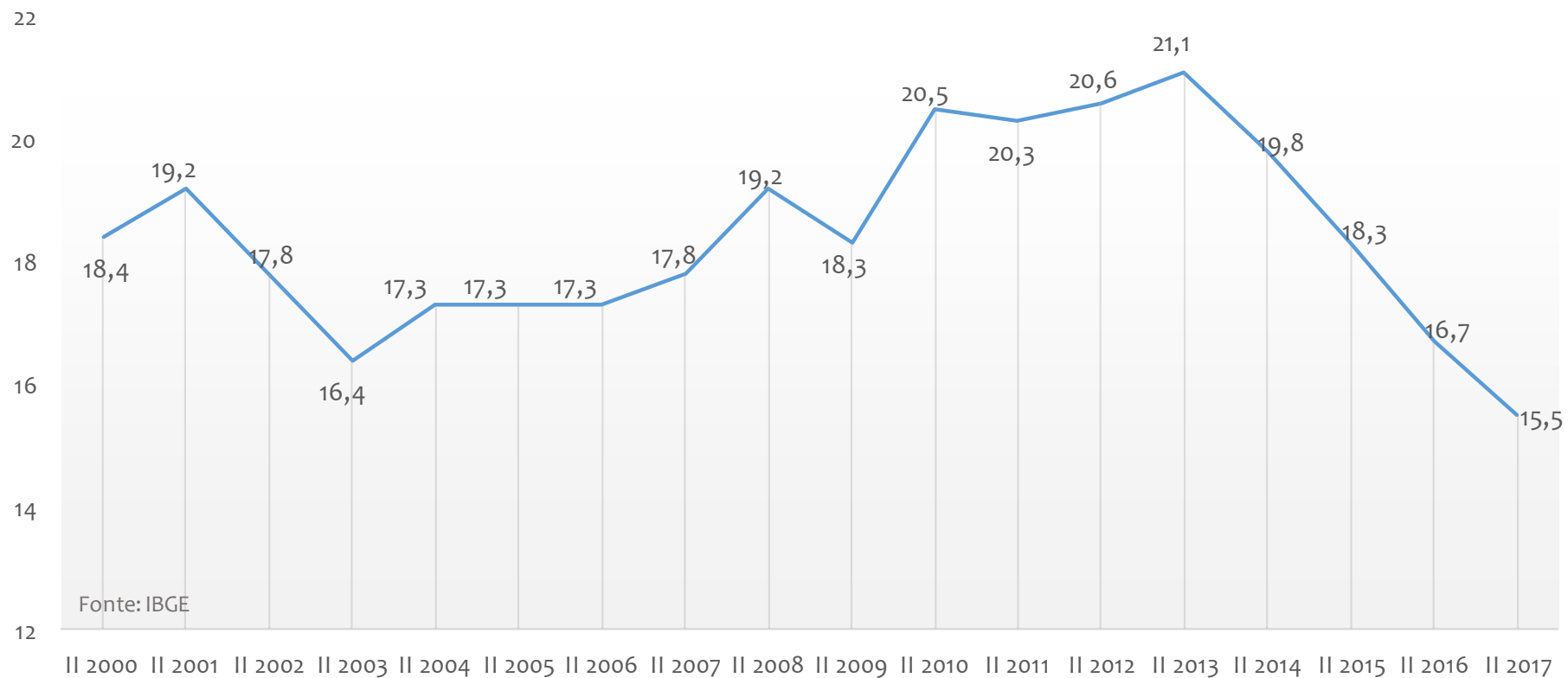


## Evolução da Taxa de Juros Nominal - 2011 a 2017



Fonte: Bacen

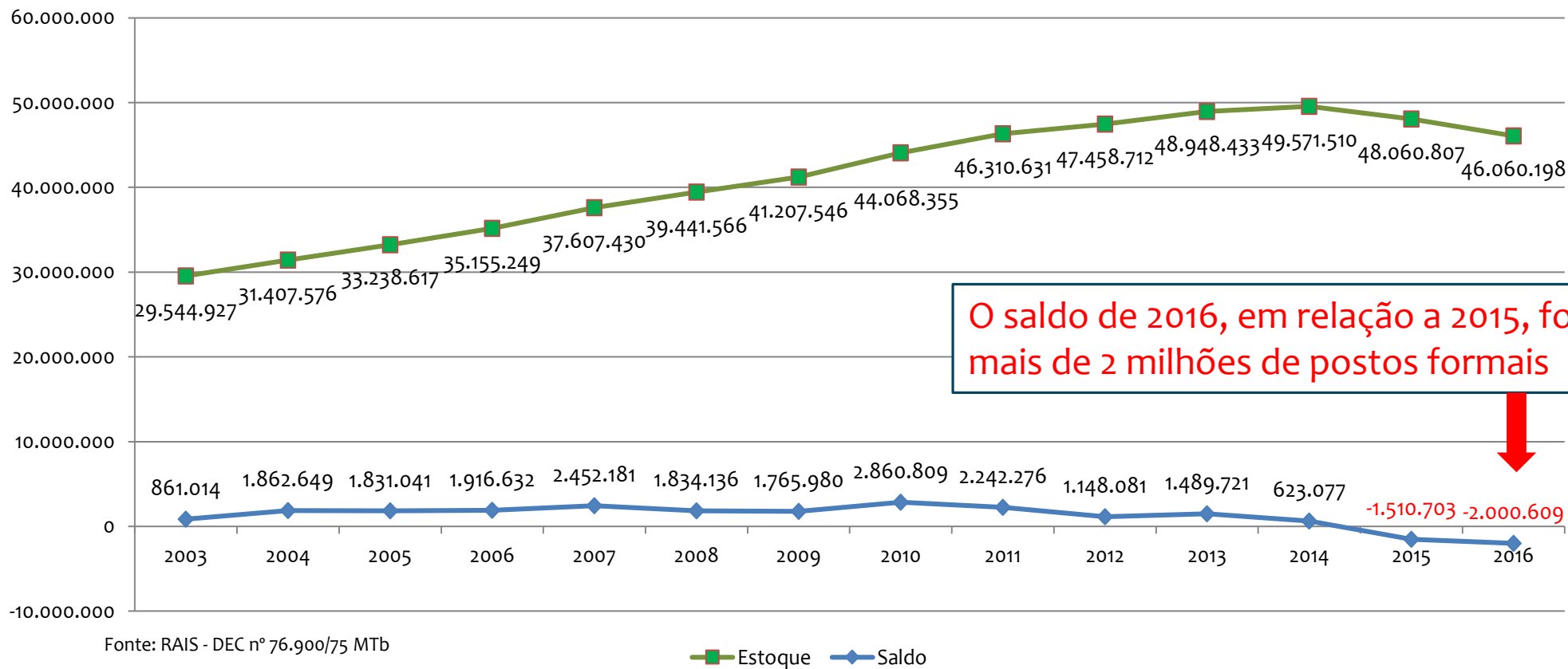
## Taxa de Investimento (FBCF) - 2º trimestre de cada ano (em % do PIB)





# Novos dados da RAIS 2016 divulgados em 19/10/2017

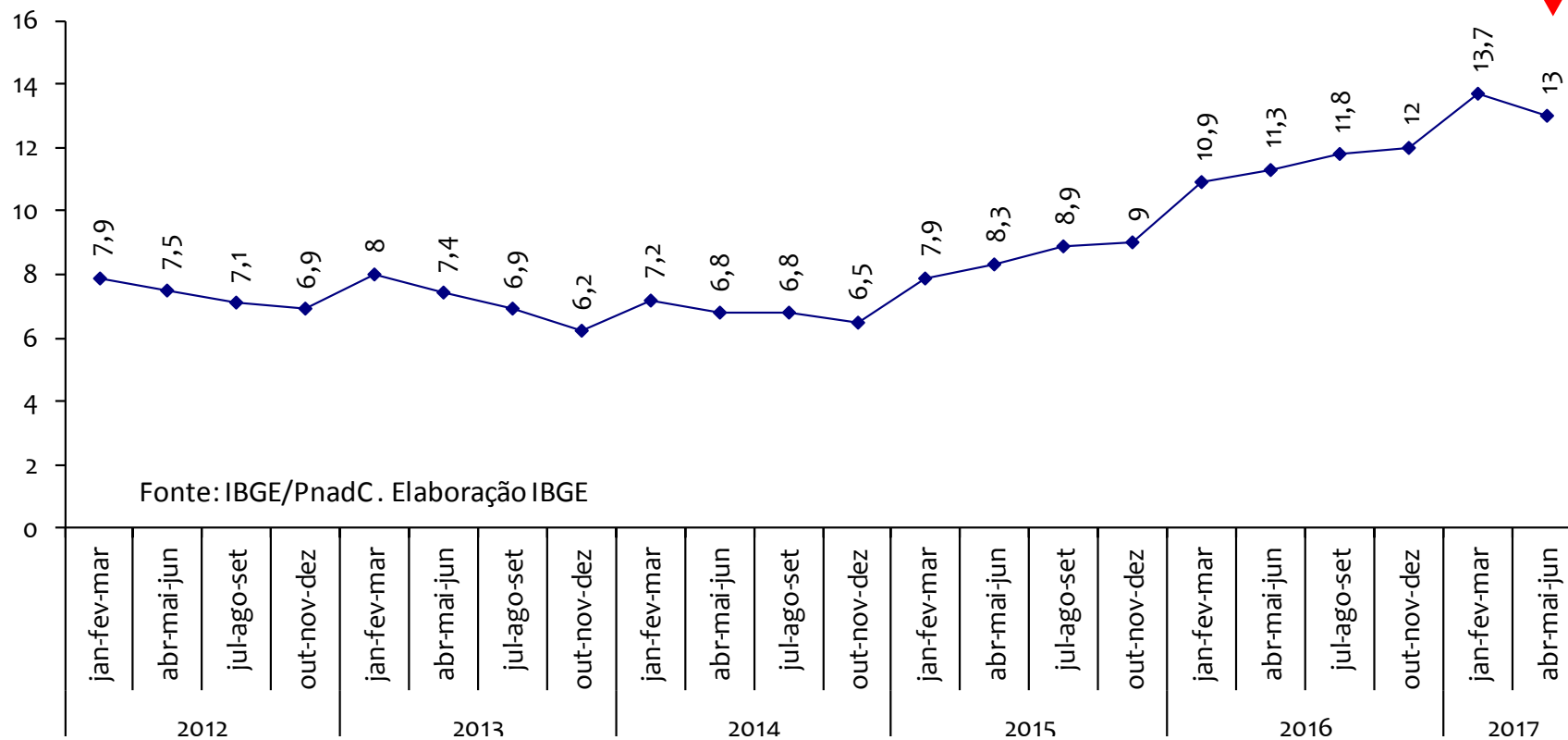
## Brasil - Número e Saldo do Emprego Formal, segundo a RAIS Período de 2003 a 2016



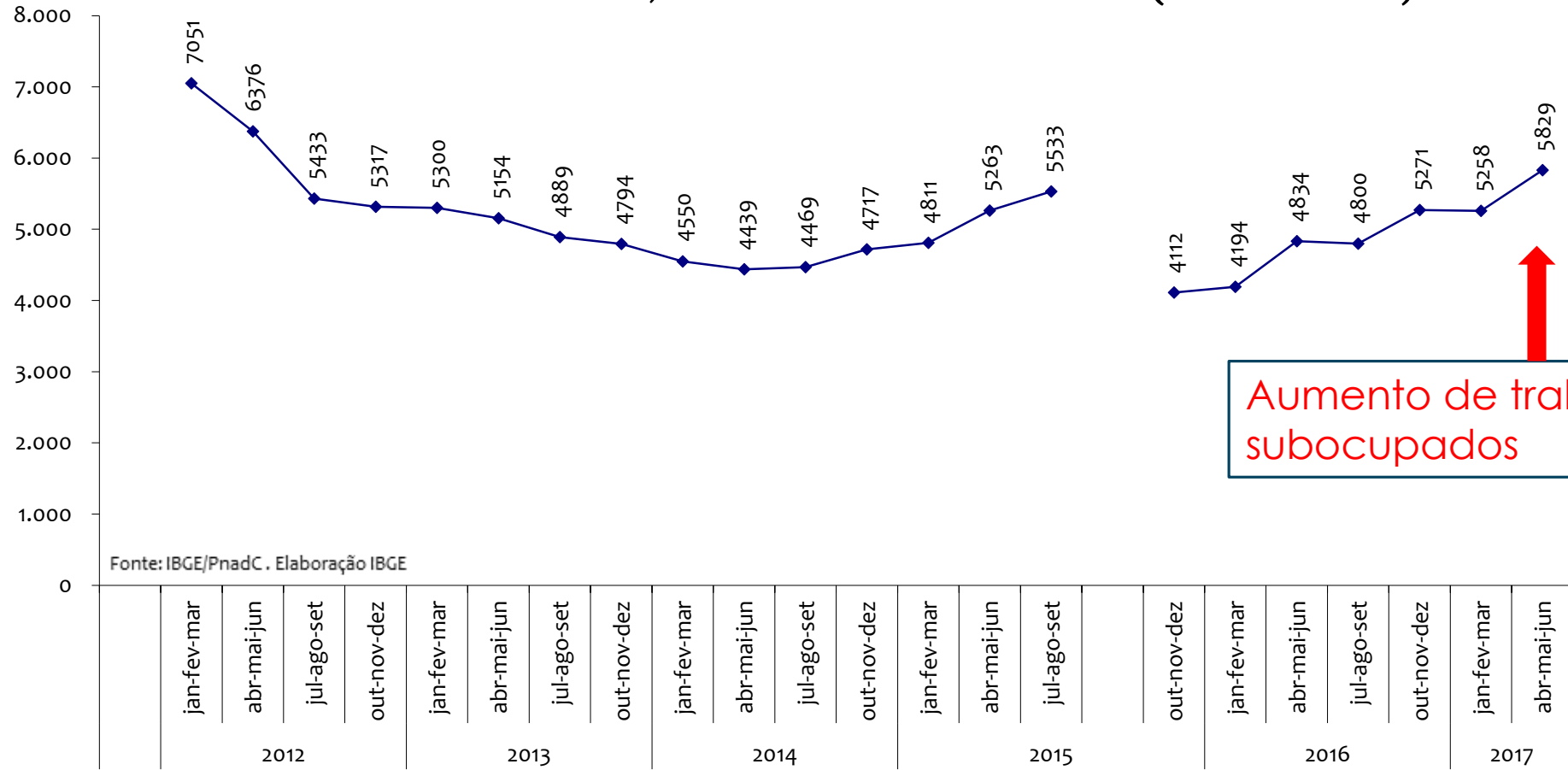
O saldo de 2016, em relação a 2015, foi negativo em mais de 2 milhões de postos formais

## Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em percentual)

Governo sinaliza melhorias no emprego, mas a taxa de desocupação caiu combinada com aumento de empregos precários

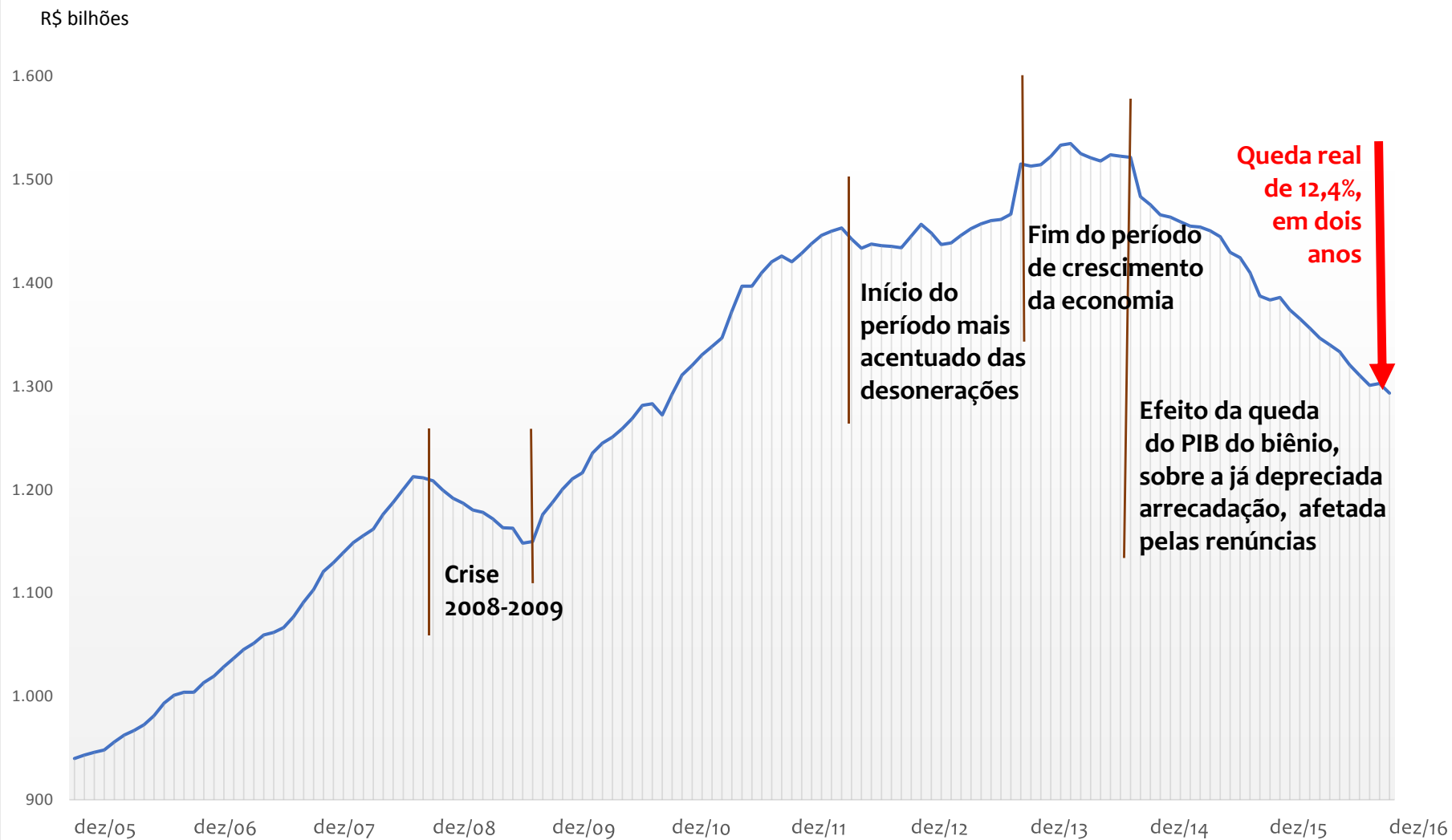


## Pessoas de 14 anos ou mais de idade, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência (em milhares)



Aumento de trabalhadores subocupados

# Receitas Primárias do Governo Federal – 2005 a 2016



Fonte: STN-MF; em valores de dezembro de 2016 (INPC). Org: ANFIP e Fundação ANFIP

Nota: Total de receitas primárias do governo federal, exceto valores, em 2016, da repatriação de ativos (Lei no 13.254), em valores acumulados em 12 meses.

## 2. O VIÉS DO AJUSTE FISCAL (AUSTERICÍDIO)

2.1 Congelamento de gastos públicos por até 20 anos;

2.2 Renúncias fiscais;

2.3 Desvinculações de receitas

2.4 Reformas: trabalhista, previdenciária e tributária (comentar)

# O LIMITAR DA EC. 95 DE 2016 (“TETO DOS GASTOS”)

O novo regime fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com início em 2017 e duração de 20 anos, que limita as despesas de um exercício ao valor executado no ano anterior acrescido da correção inflacionária (IPCA), é um grave erro:

- Frear as despesas primárias, como por exemplo saúde e educação, áreas com enormes carências, é renunciar a um projeto de nação, com acirramento das desigualdades sociais. Como fica, p.ex., o Plano Nacional de Educação – PNE que estabelece o compromisso de o país aplicar 10% do PIB nos programas educacionais? Haverá agravamento do subfinanciamento da saúde. Com aumento populacional, os valores *per capita* aplicados serão cada vez menores;
- O teto de gastos inviabiliza a política de valorização do salário mínimo e, por conseguinte, a imposição constitucional prevista no art. 170 da Constituição Federal de valorização do trabalho humano, assegurando a todos existência digna, conforme ditames da justiça social;
- Até 2036, enquanto a população cresce, suas necessidades estarão limitadas a uma Emenda que não respeita o projeto de futuros governos, nem a possibilidade de crescimento da economia com aumento de arrecadação;
- Temos muitos gastos: salários de ativos e inativos, infraestrutura etc. Mas pouco se fala que quase metade do orçamento é para pagamentos de juros e amortizações da dívida pública;
- Errado olhar somente despesa, enquanto se poderia resolver o problema fiscal por meio das receitas. Exemplo: Reforma tributária com maiores taxações sobre os mais ricos.

## VALORES DAS RENÚNCIAS TOTAIS E O DAS NOVAS RENÚNCIAS ADOTADAS, A PARTIR DE 2010

Valores correntes, em R\$ bilhões

|                                 |      | Ano de Impacto das medidas |       |       |         |         |         |         |       |       |      | Impacto (1) |
|---------------------------------|------|----------------------------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|-------|-------|------|-------------|
|                                 |      | 2010                       | 2011  | 2012  | 2013    | 2014    | 2015    | 2016    | 2017  | 2018  | 2019 |             |
| Início de vigência              | 2010 | 2,51                       | 5,78  | 1,73  | 2,61    | 2,95    | 2,11    | 1,26    |       |       |      | 12,62       |
|                                 | 2011 |                            | 2,99  | 29,40 | 12,01   | 13,63   | 8,58    | 9,13    |       |       |      | 58,03       |
|                                 | 2012 |                            |       | 15,41 | 47,09   | 52,36   | 27,76   | 24,78   |       |       |      | 142,62      |
|                                 | 2013 |                            |       |       | 14,59   | 32,92   | 24,69   | 22,99   |       |       |      | 95,18       |
|                                 | 2014 |                            |       |       |         | 2,55    | 40,04   | 23,77   | 26,34 |       |      | 92,70       |
|                                 | 2015 |                            |       |       |         |         | 5,41    | 8,85    | 11,38 | 16,33 |      | 41,98       |
|                                 | 2016 |                            |       |       |         |         |         | 0,63    | 0,81  | 0,84  | 0,91 | 3,19        |
| Soma dessas renúncias (2)       |      | 2,51                       | 8,77  | 46,54 | 76,30   | 104,41  | 108,59  | 91,40   | 38,53 | 17,17 | 0,91 | 446,32      |
| Renúncia total do exercício (3) |      | 135,9                      | 152,4 | 181,7 | 223,3   | 257,2   | 277,1   | 270,9   | 275,9 |       |      |             |
| Soma arrecadação                |      | 743,2                      | 874,8 | 923,3 | 1.027,3 | 1.076,7 | 1.115,4 | 1.177,9 |       |       |      |             |
| Renúncia em % PIB               |      | 3,5                        | 3,5   | 3,8   | 4,2     | 4,5     | 4,6     | 4,3     |       |       |      |             |
| Renúncia em % da arrecadação    |      | 18,3                       | 17,4  | 19,7  | 21,7    | 23,9    | 24,8    | 23,0    |       |       |      |             |

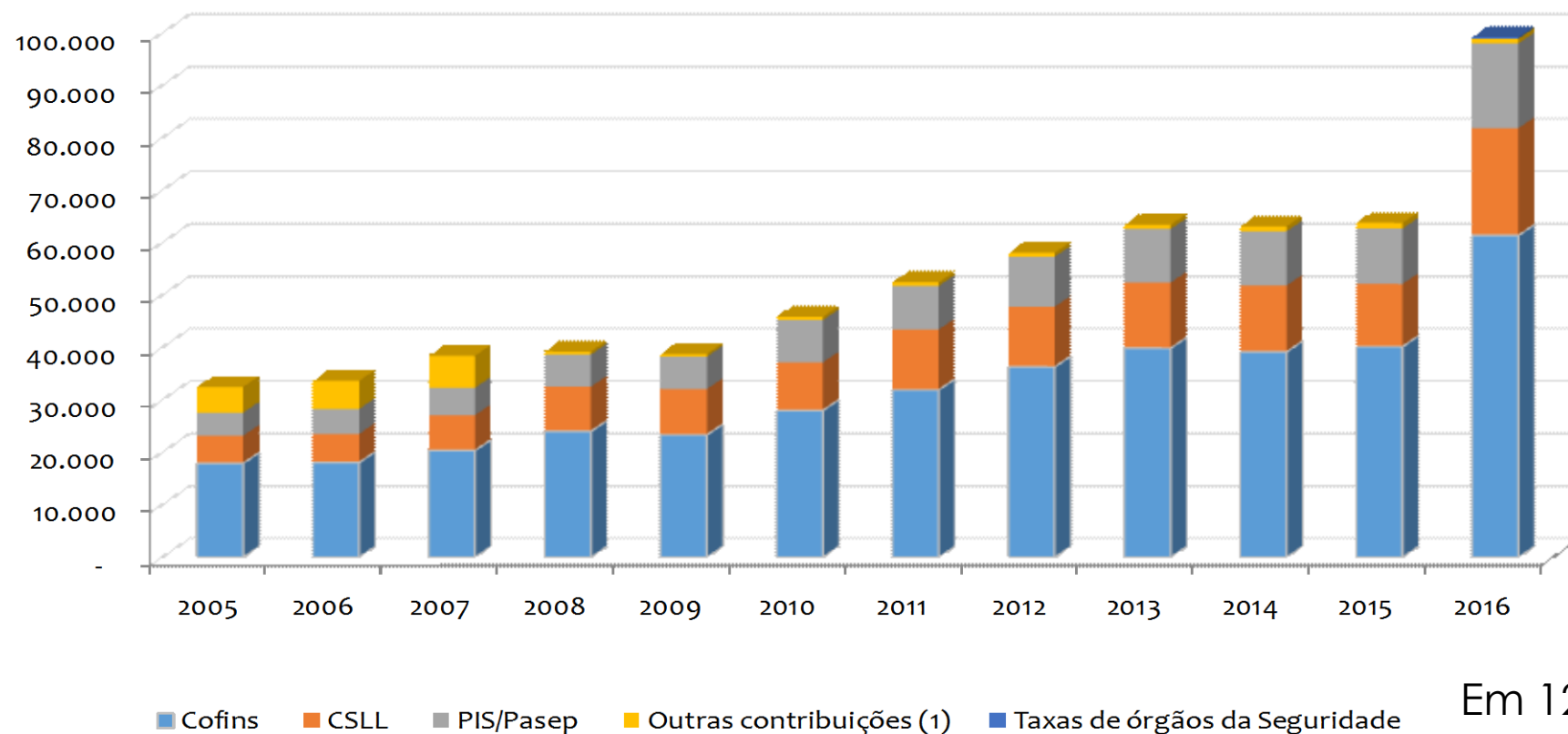
As renúncias subtraíram do Estado a capacidade de investir na infraestrutura e de adotar outras medidas essenciais para um maior dinamismo da economia. Só em 2016, o conjunto das renúncias totalizou R\$ 271 bilhões.

Fonte: RFB - Desonerações instituídas, diversas edições e Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas, diversas edições, sendo a mais recente a de 2014 série 2012-2017. Para a arrecadação líquida, relatórios fiscais da STN.

Notas (1) Apenas o impacto das perdas de arrecadação no ano de aprovação das medidas e a dos três anos posteriores. (2) Dados dos relatórios de desonerações instituídas. (3) Dados dos relatórios de Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas, a informação mais recente para cada exercício.

Org: ANFIP e Fundação ANFIP

## PARCELAS DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DESVINCULADAS PELA DRU - 2005 a 2016



Fonte: Siga Brasil.

Notas: Até 2015, a DRU era calculada aplicando-se 20% às receitas das contribuições sociais, como apresentadas na Tabela 2, exceto para a contribuição previdenciária, onde não se aplica. A partir de 2016, a alíquota de desvinculação passou a ser de 30% e a atingir as taxas em adição às contribuições sociais.

(1) Até 2007, em Outras contribuições constavam as receitas da CPMF, extinta naquele ano. A incidência da DRU na CPMF era parcial, não incidindo sobre a fração destinada ao Fundo de Erradicação da Pobreza.

Organização: ANFIP e Fundação ANFIP.

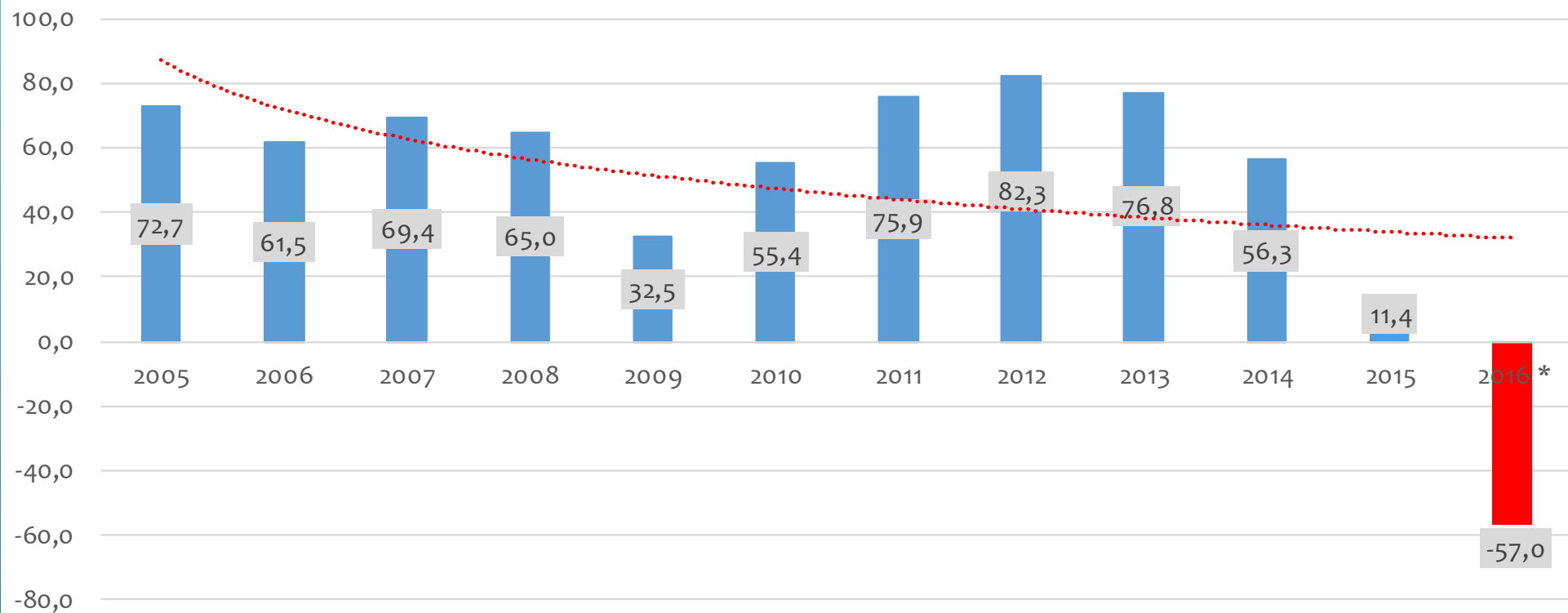
Em 12 anos quase R\$ 630 bilhões foram subtraídos da Seguridade por meio da DRU, uma média de mais R\$ 52 bilhões por ano. A Cofins e a CSLL foram fortemente afetadas em 2016



# COMO RESULTADO...

... O desequilíbrio orçamentário

# Evolução do orçamento da Seguridade Social - 2005 a 2016



Fonte: Anfip *in* Análise da Seguridade Social 2016. (\*) dados preliminares para 2016

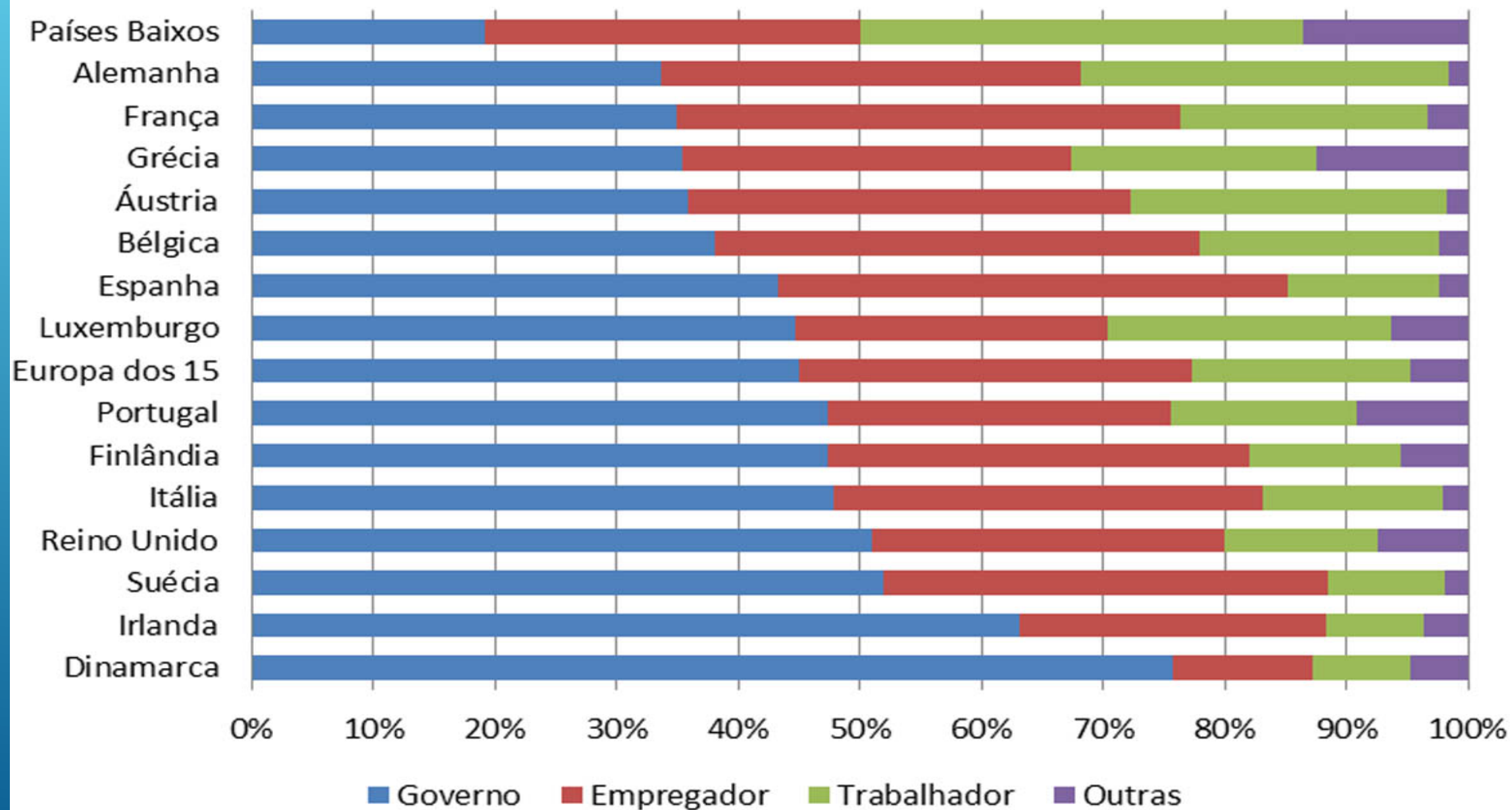
Mesmo em períodos de crise, como a de 2008, com reflexos em 2009, a Seguridade sempre manteve-se superavitária. No entanto, com o grave quadro recessivo, elevado desemprego, políticas macroeconômicas inadequadas combinadas com renúncias fiscais, desvinculações de receitas da Seguridade, em 2016 houve o primeiro resultado negativo do orçamento.

## LEI 8212 DE 1991 (CUSTEIO)

ART. 10. A SEGURIDADE SOCIAL SERÁ FINANCIADA POR TODA SOCIEDADE, DE FORMA DIRETA E INDIRETA, NOS TERMOS DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DESTA LEI, MEDIANTE RECURSOS PROVENIENTES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS MUNICÍPIOS E DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.

ART. 16. A CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO É CONSTITUÍDA DE RECURSOS ADICIONAIS DO ORÇAMENTO FISCAL, FIXADOS OBRIGATORIAMENTE NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. PARÁGRAFO ÚNICO. A UNIÃO É RESPONSÁVEL PELA COBERTURA DE EVENTUAIS INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS DA SEGURIDADE SOCIAL, QUANDO DECORRENTES DO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, NA FORMA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

## Fontes de receita da proteção social na OCDE (participação em %)



É PRECISO RETOMAR UM PROJETO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, NÃO AO SABOR DOS MERCADOS, MAS PREOCUPADO COM O DESENVOLVIMENTO E A PROTEÇÃO SOCIAL, COM O EMPREGO E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.

## Considerações finais

- Retomar políticas que de fato possam retomar o crescimento da economia, a geração de emprego e o aumento dos investimentos;
- Fim das renúncias fiscais, da DRU e maior combate a sonegação;
- Pôr fim à austeridade por meio de investimento público com uma forte dimensão assistencial, incluindo programas que aprimorem a infraestrutura e gerem emprego;
- Aumentar a receita governamental com recursos a impostos progressivos (inclusive sobre a propriedade e outras formas de renda) para combater a desigualdade de renda e reduzir os déficits públicos. Reduzir isenções, brechas fiscais e o abuso empresarial dos subsídios e refinanciamento de dívidas,
- Dar mais voz ao trabalho (os salários precisam subir em linha com a produtividade; a insegurança no emprego precisa ser corrigida por meio de ações legislativas e medidas ativas no mercado de trabalho);
- Domar o capital financeiro: regular de forma apropriada o setor financeiro;
- Manter o controle sobre o “rentismo” empresarial. Adotar medidas para combater práticas comerciais restritivas devem ser tomadas conjuntamente com uma aplicação mais rigorosa de normas nacionais de divulgação de informações.
- Fazer valer o que reza a Constituição e as Leis de Custeio e de Benefícios da Previdência